



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**INTRODUÇÃO**

O presente documento foi elaborado como ferramenta de planejamento para a execução de pavimentação poliédrica em estradas rurais no município de Dois Vizinhos – PR. Este projeto abrange os serviços necessários para assegurar a execução do empreendimento de maneira segura e adequada, conforme descrito no termo de referência executivo, na planilha orçamentária e nas especificações técnicas do projeto.

Com a implementação da nova Lei de Licitações, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) tornou-se um instrumento essencial e obrigatório na fase interna de planejamento. Sua principal finalidade é garantir a viabilidade técnica e econômica da contratação desejada, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão dos recursos públicos. A elaboração de estudos detalhados e estruturados frequentemente possibilita ao agente público identificar novas metodologias e soluções disponíveis no mercado, contribuindo para decisões mais informadas e estratégicas.

Este estudo poderá servir como parâmetro para as contratações formalizadas pelas diversas Secretarias Municipais que com a vigência da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão se adaptar aos instrumentos de planejamento. Este instrumento de planejamento está instruído de acordo com o art. 18 § 1º da Lei Federal 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I -
descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O crescimento da frota veicular do município, que já conta com quase 40.000 veículos registrados segundo o IBGE, tem gerado a necessidade de novas rotas trafegáveis para aliviar congestionamentos e facilitar o escoamento da produção agrícola.

Diante disso, o município identificou a oportunidade de expandir a malha viária rural pavimentada, priorizando um modelo tradicional e econômico: a pavimentação poliédrica. Esse tipo de pavimentação melhora as condições de tráfego, reduz custos com manutenção e dispensa cascalhamento frequente.

Os trechos contemplados já possuem estrutura consolidada, com sistemas de drenagem em vários pontos, mas demandam investimentos para aumentar sua vida útil e evitar problemas estruturais futuros, que poderiam gerar custos ainda maiores.

A escolha da pavimentação poliédrica garante economicidade, segurança e eficiência no deslocamento da população e no escoamento da produção agrícola. Além disso, fortalece a infraestrutura viária em uma região estratégica para o agronegócio, beneficiando tanto produtores quanto trabalhadores que transitam entre áreas rurais e urbanas.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II -
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 10
- IV) Classe/Grupo: 542;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-184/2025;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A empresa licitante deve apresentar:

- a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado.
- b) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- c) um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.
- d) Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço. A ART/RRT ou documento equivalente (Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica), por si só, não será aceita como acervo técnico profissional, pois não se caracteriza como um documento que comprove a execução de um serviço.
- e) As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, Obs: Estima-se que os serviços de maior relevância e valor significativo serão os seguintes: Tipo de Obras: **PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA.**
 - Deverá ser exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, desde que este atenda o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- f) Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa; (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades exatas de cada serviço serão determinadas com base no projeto executivo e seus anexos complementares. O projeto técnico e seus detalhamentos devem apresentar, com precisão, as quantidades necessárias para a execução da obra com qualidade.

Um levantamento prévio dos trechos analisados indicou uma extensão de 1.000 metros lineares e uma área total aproximada de 6.000m² de pavimentação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Considerando os objetivos do projeto, diversas soluções de pavimentação estão disponíveis no mercado. No entanto, algumas apresentam custos elevados e complexidade técnica, tornando-se inviáveis para este empreendimento.

- **Pavimentação Asfáltica:** Apresenta custos elevados e demanda estudos complexos, como análise de solo, levantamentos topográficos e estudos hidrológicos. Além disso, o município não dispõe de equipamentos, laboratórios e softwares necessários para a elaboração desses projetos.
- **Pavimentação em Concreto:** Enfrenta desafios semelhantes ao asfalto, além da dificuldade de encontrar empresas qualificadas para sua execução.

Diante disso, a pavimentação poliédrica surge como a solução mais viável. Com custo reduzido (aproximadamente R\$ 65,00/m² contra R\$ 140,00/m² do asfalto), essa alternativa atende às necessidades locais, melhora as condições de tráfego e reduz os gastos com manutenção das estradas vicinais. Além disso, o trecho já conta com um sistema de drenagem consolidado, exigindo apenas uma análise para eventuais complementações, sem necessidade de grandes intervenções.

Quanto à modalidade de execução, a realização direta pela Administração Pública garantiria maior controle, mas esbarra em limitações como falta de especialização, escassez de recursos humanos e materiais, além do risco de atrasos na obra.

Por outro lado, a execução via licitação oferece diversas vantagens. A contratação de empresas especializadas proporciona maior eficiência, acesso a tecnologias avançadas, mão de obra qualificada e melhor gestão de recursos. Além disso, a concorrência no processo licitatório promove economicidade e qualidade na execução, minimizando falhas e garantindo a entrega dentro do prazo previsto.

De acordo com o artigo 17 da Lei Complementar 123/2006, há a possibilidade de a empresa contratada estar enquadrada no SIMPLES NACIONAL, desde que as atividades de construção civil estejam devidamente registradas no CNPJ e classificadas conforme o CNAE.

Justificativa Técnica:

Dessa forma, a pavimentação poliédrica, executada por meio de empresa licitada, representa a melhor alternativa para a administração pública, garantindo a viabilidade, eficiência e sustentabilidade do empreendimento.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Destacamos que o serviço referido é de natureza rotineira e apresenta alta demanda em nossa região, com diversas empresas que prestam esse tipo serviço. Para referenciar os preços dos serviços a serem prestados utilizaremos como base as referências de preço da SINAPI novembro 2024 com desoneração.

Informamos ainda que realizamos uma análise comparativa dos valores registrados nas licitações que tem o mesmo objetivo desta contratação ou similar, como a concorrência 008/2024.

Constamos que, apesar da diferença temporal entre eles, os valores não sofreram variações significantes.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Dessa forma, o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 401.700,00 (quatrocentos e um mil e setecentos reais), já incluindo o Benefício e Despesas Indiretas (BDI).

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu trecho de referência apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as soluções mencionadas, a opção por licitar a execução desta obra, com base nos métodos construtivos detalhados no memorial descritivo, é a que melhor atende aos princípios de eficiência e economicidade estabelecidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA).

Essa escolha, além de ser uma prática convencional e econômica na construção civil, assegura que os recursos públicos sejam aplicados de maneira responsável e estratégica.

Essa abordagem não só favorece uma maior competitividade entre as empresas da região, mas também estimula o interesse na execução da obra, garantindo que os investimentos estaduais sejam otimizados em benefício da coletividade.

O objeto da contratação é caracterizado como bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Não se planeja dividir o objeto em grupos ou lotes, considerando que, por se tratar de uma obra civil, essa separação pode comprometer a qualidade dos serviços. Isso ocorre porque a responsabilidade pode ser fragmentada entre diferentes empresas, aumentando o risco de falhas na execução de determinados grupos de serviços.

Além disso, uma subdivisão pode causar atrasos nas etapas específicas, levando à paralisação da obra e comprometendo a conclusão no prazo planejado. Isso impactaria as qualidades da funcionalidade da obra ao ser entregue para os usuários. Portanto, propõe-se a seleção do fornecedor por meio de licitação na modalidade concorrência, com julgamento pelo menor preço e regime de execução por empreitada global, método amplamente utilizado para obras desse tipo.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação do objeto deste ETP visa à execução de pavimento que proporcione boa regularidade superficial, conforto e segurança aos usuários, melhorando a malha viária rural pavimentada. Espera-se, com isso, aumentar a vida útil dos pavimentos intervencionados, reduzindo os custos futuros com intervenções estruturais e com a manutenção preventiva periódica. Além disso, prevê-se uma melhoria significativa na capacidade de escoamento do fluxo veicular rural.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcio Trentini.
Fiscal Técnico:	Marcio Trentini.
Suplentes:	Raul Zanella

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas, uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa pela contratada.

Cabe ressaltar que caberá a Secretaria de Viação e Obras executar obras de abertura de via e desobstrução da drenagem existente, podendo este ser executado em conjunto as obras, afins de diminuir os transtornos durante o período de execução dos trechos, não sendo necessária a realização de processo licitatório.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A execução do empreendimento não causa impacto ambiental direto significativo. No entanto, é reconhecido que os serviços previstos geram baixo impacto ambiental, sendo suficientes medidas mitigadoras para o manejo adequado da obra.

- **Intervenções na via:** A pavimentação ocorrerá em estradas já existentes, sem necessidade de terraplenagem significativa ou remoção de vegetação.
- **Resíduos:** O único resíduo sólido gerado será lascas de pedra basáltica, cuja destinação adequada será responsabilidade da empresa contratada.
- **Poluição:** O impacto será mínimo, limitado à poluição sonora em área rural e à emissão de monóxido de carbono, mitigada por manutenções regulares em veículos e máquinas.
- **Matéria-prima:** A pedra basáltica deve ser adquirida exclusivamente de fontes regulamentadas, com comprovação documental.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Embora os impactos ambientais sejam reduzidos, a Administração Municipal exige o compromisso da empresa contratada com diretrizes de sustentabilidade ambiental, conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, por meio de declaração formal.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações apresentadas, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para execução da pavimentação poliédrica. Entendemos que a execução dos serviços deve ser realizada por empresa devidamente qualificada e com comprovada experiência.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Conforme Art. 6º inciso XXIX: empreitada por preço global

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Concorrência tradicional

Critério de julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de apresentação do Certificado de Registro da Pessoa Jurídica e do profissional junto ao respectivo Conselho de Classe tem por finalidade comprovar que a empresa e o profissional estão legalmente habilitados e autorizados a exercer atividades técnicas compatíveis com o objeto da licitação, conforme determina a legislação profissional aplicável.

Essas exigências encontram amparo na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), em especial nos princípios da eficiência, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa, além de estarem alinhadas com o disposto nas leis reguladoras das profissões fiscalizadas por conselhos profissionais.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos começarem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.

Classificação da Probabilidade (P)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 -						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 Especificação suficiente para atender as necessidades da Instituição. 2 – Pesquisa e preços adequados aos preços praticados pelo mercado e outros órgãos públicos.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Adequação das especificações e/ou da pesquisa de preços.			1 – Equipe de planejamento			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 - Incrementar os meios de divulgação da licitação	2 - Equipe de planejamento
---	----------------------------

RISCO 02 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta		
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta		
DANO					
2. Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Especificação suficiente capaz de atender as necessidades da Instituição sem frustrar a participação dos licitantes na Licitação.			1 – Equipe de planejamento		
2 – Observação as legislações pertinentes em torno do objeto			2 – Equipe de planejamento		
Ação de Contingência			Responsáveis		
1 - Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferir ou não o pedido.			1 – Equipe de planejamento		
2 - Caso seja deferido o pedido, promover a adequação do certame para adequação do(s) item(ns) questionado (s).			2 – Equipe de planejamento		

RISCO 03 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta		
Impacto:	(x) Baixa	() Média	() Alta		
DANO					
Interposição de recurso contra a proposta classificada, inicialmente, em primeiro lugar, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.					
Ações Preventivas			Responsáveis		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 – Analisar as propostas apresentadas e os demais documentos encaminhados ou solicitados para averiguação do atendimento das exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Receber o recurso e analisá-lo com base nos princípios norteadores da Licitação, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito do pedido e encaminhá-lo para a autoridade competente homologadora do certame.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação

RISCO 04			
(X)	Planejamento da Contratação		
()	Execução do Objeto		
(X)	Seleção do Fornecedor		
()	Gestão do Contrato		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
DANO			
Recusa da licitante homologada em assinar o Instrumento Contratual.			
Ações Preventivas	Responsáveis		
1 – Prever no Edital e seus anexos a (a) penalidade (s) cabíveis, solicitando a apresentação de uma declaração de Exequibilidade da proposta, na fase de aceitação, se necessário.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação		
Ação de Contingencia	Responsáveis		
1 – Solicitar uma justificativa formal da referida licitante para a recusa 2 - Comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurara	1 – Autoridade da licitação 2 – Autoridade da licitação		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.

3- Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.

3 – Autoridade da licitação

RISCO 05 –

- (X) Planejamento da Contratação
 () Execução do Objeto
 (X) Seleção do Fornecedor
 () Gestão do Contrato

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta
 Impacto: () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Inaptidão técnica para fornecimento de materiais

Ações Preventivas

1 – Prever no Edital e seus anexos a exigência de atestado de capacidade técnica e especificação adequada dos materiais conforme normas técnicas vigentes.

Responsáveis

1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação

Ação de Contingência

1 – Desclassificação da empresa licitante
 2 - Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.

Responsáveis

1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<p>3 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.</p>	<p>2 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 3 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação</p>
RISCO 06 –	
<p>(X) Planejamento da Contratação () Execução do Objeto (X) Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato</p>	
<p>Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta Impacto: () Baixa (x) Média () Alta</p>	
DANO	
<p>Especificação genérica, que ocasiona falta de critérios na aceitação da proposta – Morosidade.</p>	
Ações Preventivas	Responsáveis
<p>1 – Nomeação adequada da equipe de planejamento de planejamento com conhecimento técnico do objeto</p> <p>2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.</p>	<p>1 – Autoridade homologadora do certame 2 - Autoridade homologadora do certame</p>
Ação de Contingencia	Responsáveis
<p>1 - Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido</p>	<p>1 - Autoridade da Licitação</p>



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 07 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Especificações utilizadas não espelham o usual de mercado, ou das contratações de outros órgãos e entidades da Administração Pública, o que acarreta dificuldade na realização de estimativa de preços.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação adequada da equipe de planejamento da contratação com conhecimento técnico do objeto 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.			1 - Autoridade homologadora 2 - Autoridade homologadora			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1- Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido			1 - Autoridade da Licitação			

RISCO 08 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	()	Média	(X)	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Inabilitação e/ou desclassificação de licitante por não atender as exigências do Edital.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Prevê no instrumento convocatório as regras gerais e específicas de comportamento durante a sessão pública, celebração e gestão do contrato			1 - Equipe de Planejamento			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Ação de Contingencia	Responsáveis
<p>1 - Inabilitar e/ou desclassificar a empresa com base nas regras estabelecidas no Instrumento Convocatório.</p> <p>2 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.</p>	<p>1 - Autoridade da Licitação</p> <p>2 - Autoridade da Licitação</p>

RISCO 09 –

()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta

DANO

Atraso na instalação e fornecimento dos materiais necessários ao início da prestação dos serviços.

Ações Preventivas	Responsáveis
<p>1 - Prever no Edital e seus anexos as exigências para entrega dos materiais e as sanções do não atendimento.</p> <p>2 - Comunicar, formalmente, a contratada sobre o prazo para entrega dos materiais e das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.</p>	<p>1 - Equipe de planejamento</p> <p>2 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato</p>
Ação de Contingencia	Responsáveis
<p>1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para</p>	<p>1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato</p>



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	
---	--

RISCO 10–

- | | |
|-------|-----------------------------|
| () | Planejamento da Contratação |
| (X) | Execução do Objeto |
| () | Seleção do Fornecedor |
| (X) | Gestão do Contrato |

Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta

DANO

Falhas na fiscalização administrativa que implique em responsabilização da Administração.

Ações Preventivas

1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.

Responsáveis

1 - Gestor do Contrato

Ação de Contingência

1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Responsáveis

1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 11–

- | | |
|-------|-----------------------------|
| () | Planejamento da Contratação |
| (X) | Execução do Objeto |
| () | Seleção do Fornecedor |
| (X) | Gestão do Contrato |

Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta

DANO

Não acompanhamento dos termos aditivos e cronogramas estabelecidos para execução do projeto, ocasionando morosidade e desperdício de recursos públicos.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.	1 - Gestor do Contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento dos prazos estabelecidos para execução da obra.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 12–

()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta

DANO

Comportamento inadequado de colaboradores da empresa prestadora de serviços no ambiente institucional.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prever no Instrumento Convocatório a substituição do colaborador, a pedido da contratante, no caso de comportamento inadequado do mesmo.	1 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Solicitação de substituição do colaborador à empresa contratada.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 13–

()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
DANO						
Composição de custos incorreta, resultando em aditivos de valores e prazo.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Contratação de empresa especializada na formação de custos de obras e serviços de engenharia com expertise na área. 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Verificar os elementos que geraram o aditivo e apurar a quem lhe é atribuído a causa.			1 - Fiscal e Gestor do Contrato			

RISCO 14-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Falhas no ateste definitivo; Autorização para efetuar pagamento por serviços mal prestados ou mal executados.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade a Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir os que deram causa ao prejuízo apurado.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato
---	---

RISCO 15-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, bem como as consequências para os eventuais descumprimentos			1 - Equipe de Planejamento da Contratação			
Ação de Contingência			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade a Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir a quem tenha dado causa ao ilícito.			1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

RISCO 16-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Descumprimento de Prazos executivos em função do clima ou excesso de chuva.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, manter em obra diário de obras, com controle pluviométrico diário.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato
Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo em tempo para acompanhamento e elaboração de aditivos de prazo para garantir a continuidade dos serviços.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 17–

()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta

DANO

Depredação de elementos com calçadas acessos rampas elementos de drenagem e outros do pavimento, durante a execução do contrato

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer e formalização junto a empresa contratada, de forma clara e objetiva, as responsabilidades sobre a correção dos elementos predados.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato
Ação de Contingência	Responsáveis
1 – Noticiar a contratada, quando a correção das ocorrências e dar prazo não superior a vigência para a correção. 2 - não fornecer atestados ou outros documento de concluso da obra sem a devida correção dos problemas .	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Probabilidade de Ocorrência	Alta		Risco08,	
	Media	Risco03,		Risco 09, Risco 16,
	Baixa	Risco 13,	Risco 06, Risco 07, Risco 14, Risco 15, Risco 17,	Risco 01, Risco 02, Risco 04, Risco 05, Risco 10, Risco 11, Risco 12, Risco 14,
		Baixa	Media	Alta
Gravidade/Impacto				

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não haverá necessidade de sigilo sobre o orçamento proposto.

Dois Vizinhos, 25 de março de 2025.

Carlos Eduardo Mangini
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18757-1